ÀS MARGENS DO VALE: ESTRUTURA AGRÁRIA, POSSE ESCRAVA E CAFEICULTURA DE PEQUENA ESCALA EM PARAIBUNA/SP (1835-1836)

Rafael Rodrigues Lobo, Dra. Valéria Zanetti

[1]Universidade do Vale do Paraíba/Faculdade de Educação e Artes, Avenida Shishima Hifumi, 2911, Urbanova - 12244-000 - São José dos Campos-SP, Brasil, rafaelrodrigueslobo98@gmail.com; valzanetti.zanetti@gmail.com

Resumo
Este trabalho analisa a estrutura agrária e os padrões de concentração da posse de escravizados em Paraibuna/SP durante a década de 1830, por meio da Lista Nominativa de 1835, em diálogo com a historiografia, a fim de mostrar as inconsistências dos dados apresentados pelas fontes primárias e secundárias. Os dados confrontados revelam que a cafeicultura em Paraibuna contou com participação expressiva de micro e pequenos proprietários de escravizados, em contraste com as grandes propriedades cafeeiras predominantes no Vale do Paraíba. A pesquisa demonstra que Paraibuna constitui, nesse sentido, um contraponto relevante às interpretações centradas na grande propriedade, contribuindo para ampliar a compreensão da diversidade e da complexidade da economia cafeeira no Vale do Paraíba paulista.

Palavras-chave: Cafeicultura; posse de escravizados; concentração fundiária; Vale do Paraíba.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas; História.

Introdução

Os estudos acerca da cafeicultura no século XIX consolidaram o conceito de “complexos cafeeiros” como a base analítica fundamental para compreender a expansão econômica e o desenvolvimento do Vale do Paraíba. Embora essa historiografia seja robusta ao abordar as áreas de maior desenvolvimento, como o Médio Paraíba, ela frequentemente cria uma lacuna ao tratar das realidades regionais que não se encaixam perfeitamente nesse modelo hegemônico. Investigar essas "margens" do Vale é essencial para compreender, a diversidade nas escalas de produção e as nuances da escravidão que marcaram a formação agrária da região.

Nesse contexto, o município de Paraibuna, localizado no Alto Paraíba, apresenta-se como um estudo de caso pertinente. Diferente das grandes zonas produtoras que dominaram o cenário econômico da época, Paraibuna seguiu uma trajetória marcada por uma cafeicultura de escala distinta, que não apenas acompanhou o período de estruturação do plantio, apogeu e decadência da produção, mas que desenvolveu-se com suas características próprias. A análise comparativa de dados, como os registros de Sérgio Milliet (1941), já aponta para uma discrepância clara entre a produção local e a dos grandes centros cafeeiros, sugerindo que a economia do município se deu em um processo de dinamização e desenvolvimento de forma diferente.

O presente estudo tem como objetivo analisar a estrutura agrária e a concentração da mão de obra escravizada em Paraibuna durante a década de 1830. Por meio do cruzamento de fontes, priorizando a Lista Nominativa de 1835 e articulando-a a documentos complementares e à historiografia recente, busca-se mapear a distribuição da posse escrava entre micro e pequenos proprietários. Ao problematizar a fonte oficial e articulá-la à historiografia local, este trabalho busca demonstrar que a cafeicultura em Paraibuna, durante a década de 1830, se caracterizou pela predominância de unidades produtivas de menor escala, contribuindo para uma compreensão mais complexa e plural da expansão cafeeira no Vale do Paraíba paulista.

Metodologia

Este estudo fundamenta-se na análise documental e quantitativa das bases produtivas de Paraibuna na década de 1830. A fonte primária central utilizada foi a Lista Nominativa de 1835, a pesquisa de Sandra Lauderdale Graham (2005) permitiu encontrar que outro registro de propriedade fosse incrementado às propriedades de Paraibuna. Esse cruzamento de dados foi essencial para identificar lacunas nos registros oficiais e reconstruir um quadro produtivo mais fidedigno à realidade local. Para a classificação das unidades produtivas e a análise da concentração da mão de obra escravizada, adotou-se a metodologia de estratificação proposta por Ricardo Salles (2008), permitindo a organização das propriedades conforme o volume de cativos e a verificação da dispersão produtiva no município. A lista nominativa de 1835 foi escolhida para o estudo por ser o período marcado pela historiografia como o momento inicial de grande produtividade no Brasil, em concordância com Marquese e Salles (2024). Entretanto, como era inconsistente os dados presente nela, foi feito o cruzamento de fontes, entre a lista nominativa de 1825, a de 1830, dados de Graham (2005) e a lista de 1835.

Discussão

Os estudos focados nas áreas cafeeiras de maior desenvolvimento, denominadas “complexos cafeeiros”, consolidaram a base analítica sobre o tema e abriram espaço para novas abordagens sobre a realidade do século XIX fora desse modelo. A sólida historiografia acerca do Médio Paraíba e, em menor escala, do Alto Paraíba, ressalta a importância de investigar com mais profundidade as múltiplas redes de sociabilidade e contato que se formaram na região do Vale do Paraíba ao longo do século XIX.

Insere-se nesse contexto o município paulista de Paraibuna, situado na região formadora do Rio Paraíba do Sul, pertencente ao Alto Paraíba. De modo geral, ao olhar para os dados produzidos sobre Paraibuna como os de Milliet (1941), observamos a discrepância se comparado ao maior produtor cafeeiro da região.

Tabela 1 - Comparativo de produção de café em arrobas entre Paraibuna e Bananal

MUNICÍPIO	1836	1854	1888	1920	1935
PARAIBUNA	22.322	118.320	10.000	8.807	61.420
BANANAL	64.822	554.600	-	15.847	13.650

Fonte: Milliet, 1941

Os dados apresentados permitem observar a expressiva diferença de escala entre a produção cafeeira de Bananal, uma das principais zonas produtoras do Vale do Paraíba, e a de Paraibuna. Embora inserida na dinâmica de expansão da cafeicultura regional, Paraibuna apresentou volumes de produção significativamente menores, acompanhando, em diferentes ritmos, os processos de expansão, apogeu e retração da atividade. A comparação evidencia, portanto, que a cafeicultura no Vale do Paraíba não se desenvolveu de maneira homogênea, sendo marcada por diferentes escalas produtivas e trajetórias locais, cuja compreensão requer considerar as especificidades históricas que condicionaram a formação e a transformação de cada área produtora.

De acordo com Moreno (2022), o desenvolvimento de Bananal como importante área produtora de café teve início no final do século XVIII e se consolidou ao longo da primeira metade do século XIX. Marquese e Tomich (2015) destacam que, após a Revolução de Saint-Domingue, a desarticulação da produção cafeeira naquela região contribuiu para a reorganização do mercado mundial do café. É nesse contexto de transformação da produção e dos mercados internacionais que a cafeicultura se expandiu no Vale do Paraíba, com especial destaque para o Médio Vale, onde municípios como Bananal se afirmaram como importantes áreas produtoras.

De acordo com Marquese e Tomich (2015, p. 39), “aqui entra o papel do Vale do Paraíba como região nova no mercado mundial do café”, considerando que já havia, no centro-sul do Brasil, uma infraestrutura adequada desde o final do século XVIII. A existência de circuitos econômicos e de vias

de circulação constituídos ainda no período colonial permitiu seu reaproveitamento e posterior aprimoramento no contexto da expansão cafeeira oitocentista. A consolidação dessa atividade, contudo, dependia também da disponibilidade de terras para o cultivo e de mão de obra para o trabalho nas fazendas.

O Médio Paraíba, caracterizado por Marquese e Tomich (2015) como uma área até então proibida à ocupação, possuía extensas áreas de mata e passou a ser progressivamente ocupado a partir do final do século XVIII. O Alto Paraíba, por sua vez, apresentava alguns pequenos povoados e registros de apresamento de indígenas, mas ainda ocupava posição pouco expressiva na dinâmica econômica daquele período. O caso de Paraibuna, durante o século XVIII, evidencia esse processo de ocupação ainda incipiente. Segundo Caldeira (2021), em determinado momento, a localidade chegou a ficar sem habitantes, sendo sua preocupação posteriormente determinada pelo presidente da província. Esse quadro evidencia as diferentes temporalidades de ocupação e integração econômica das áreas que, posteriormente, comporiam o espaço cafeeiro do Vale do Paraíba paulista. A partir do século XIX, é possível observar o aumento populacional de Paraibuna (Tabela 2).

Tabela 2 - População de Paraibuna no século XIX e início do século XX

MUNICÍPIO	1836	1854	1886	1920	1936
PARAIBUNA	3.179	11.159	19.435	16.141	26.786

Fonte: Milliet, 1941.

É possível observar que, relacionando população e produção, durante o século XIX, ao mesmo tempo que aumenta a produção de café aumenta também a população. Entretanto, para compreender a formação específica da localidade, para além dos dados gerais, é necessário constituir uma base analítica que amplie tais informações. Rabib Floriano Antonio (2015, p. 545) destaca que “vários fatores compõem o quadro da cafeicultura no século XIX: o plantio, a escravidão, o transporte, o comércio”.

A expansão da cafeicultura envolvia um conjunto articulado de condições: disponibilidade de terras, acesso à mão de obra escravizada, transporte, comércio e crédito. Esses elementos integravam o circuito produtivo que permitia a circulação do café até sua inserção no mercado mundial, etapa na qual os comissários desempenhavam papel fundamental. O crédito constituía, igualmente, um componente central desse processo. Nas grandes regiões produtoras, os pequenos cafeicultores frequentemente dependiam do apoio financeiro de grandes produtores, detentores de numerosa escravaria e maior disponibilidade de capital. Esses fazendeiros-capitalistas recorriam também a práticas de usura como estratégia de sustentação de seus negócios, especialmente em períodos de crise (Sterman, 2025). Entretanto, essas considerações são trazidas de grandes núcleos cafeeiros, os complexos cafeeiros. Para analisar o caso de Paraibuna durante esse período inicial, muitas são as possibilidades, mas para esse momento, cabe a organização e levantamento da posse escrava e da estrutura agrária local. De acordo com Rabib Floriano Antonio (2015):

> uma dada produção pode não funcionar igualmente em suas estruturas se comparada tanto com regiões ou períodos diferentes. O que a cultura cafeeira pode provocar em uma região como, por exemplo, o acirramento da escravidão ou o desenvolvimento de linhas férreas, pode não ocorrer em outras áreas. Essa análise garante então a especificidade da *commoditie* e o processo de superação do modo de produção ligado a ela (Antonio, 2015, p. 549).

É nesse cenário apresentado por Antonio (2015), da especificidade do sistema produtivo, que este estudo tem como objetivo analisar, a partir da Lista nominativa de 1835, como estava concentrada a mão de obra nas propriedades cafeeiras de Paraibuna. Para tanto, utiliza-se do método empregado por Ricardo Salles (2008) em seu estudo sobre Vassouras-RJ. De acordo com Salles (2008), os micro proprietários eram aqueles que possuíam entre 1 e 4 escravizados; os pequenos proprietários eram os que possuíam de 5 a 19 escravizados; os médios proprietários possuíam de 20 a 49 escravizados; os grandes proprietários de 20 a 49 escravizados e, os mega proprietários, possuíam mais de 100 escravizados.

Os dados levantados na Lista Nominativa de 1835 não podem ser vistos como resultado absoluto do que ocorria no cenário local no que diz respeito à produção, composição familiar e escravaria. Bacellar (2008) destaca que:

> Os homens que se encarregaram de coletar e sistematizar as informações tinham suas limitações pessoais, suas dificuldades de locomoção e falta de tempo, seus interesses diversos em colaborar. Mesmo assim, o resultado global é notável, tanto na abrangência temporal quanto geográfica. Todo um universo humano foi implacavelmente rastreado por décadas, com uma diversidade de informações particularmente rica. Cobriu-se da melhor maneira possível rincões remotos, sertões isolados, estradas alongadas, num impressionante esforço coordenado. O resultado final, analisado passados quase dois séculos, é uma série documental uniforme nas qualidades e nos defeitos (Bacellar, 2008, p. 116).

Ramon Garcia Fernandez (1989) ressalta que, apesar das diversas inconsistências e possibilidades de erros da fonte, ainda assim, as Listas Nominativas constituem um universo valioso para o estudo demográfico:

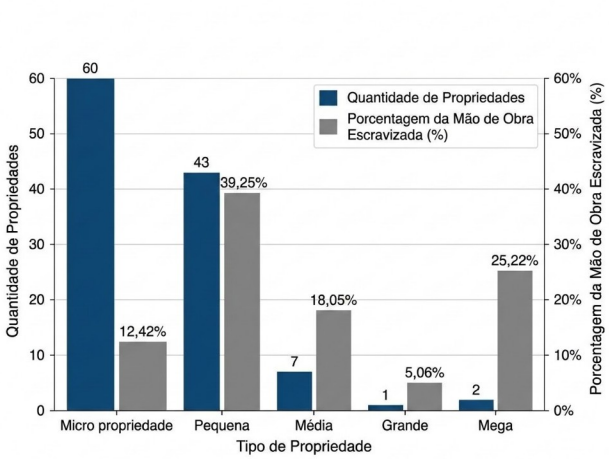
> como podemos saber que as listas não são Invenções de funcionários preguiçosos que ficavam simplesmente adaptado, durante alguns anos, alguma matriz inicialmente feita? Não podemos, inclusive, supor que nem esse primeiro levantamento existiu, não sendo tudo senão uma grande obra de um novo genera literário, a "ficção demográfica"? A Imaginação fertil do investigador pode construir Infinidades de cenários catastróficos, restando, apenas, a alternativa do simples abandono do documento. Todavia, parece evidente que, como este permite-nos dizer bastante coisas a respeito daquelas sociedades, desistir de seu uso mostrar-se-ia uma atitude ainda menos inteligente do que a veneração a crítica das fontes (Fernandez, 1989, p. 478).

Portanto, considerando as limitações da fonte, o levantamento das propriedades cafeeiras de Paraibuna deve ser analisado com cautela, uma vez que outras propriedades foram identificadas em diferentes processos. Assim, este estudo prioriza, inicialmente, o levantamento realizado a partir da Lista Nominativa de 1835, incorporando, posteriormente, outras propriedades do mesmo período localizadas em documentos complementares.

A partir do gráfico 1, é possível observar que o cenário produtivo era composto majoritariamente por micro e pequenos proprietários, totalizando 103 propriedades. Juntos, esses dois grupos concentravam 51,67% da mão de obra cativa no município. O restante da mão de obra (48,33%) estava distribuído entre as propriedades médias (18,05%), grandes (5,06%) e mega (25,22%), evidenciando que, embora houvesse concentração em certas unidades, uma parcela significativa da mão de obra estava dispersa em propriedades de menor porte.

Entretanto, como mencionado anteriormente, é importante ressaltar a inconsistência da lista nominativa de 1835. Em seu estudo sobre a Fazenda do Rio Claro de Paraibuna, a historiadora Sandra Graham (2005) realizou um levantamento da posse escrava que indicou a ausência de mais de 130 escravizados no registro oficial. Somam-se a isso propriedades como a do Coronel Marcelino José de Carvalho, que constam em outros documentos, mas não na lista de 1835. Considerando que não houve uma expansão súbita da mão de obra cativa até 1835, a reorganização da estrutura produtiva/demográfica cativa, obtida a partir do cruzamento documental, pode ser observada no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Propriedades de Paraibuna em 1835 que utilizavam da mão de obra escravizada



Fonte: Produzida pelo autor com base na Lista Nominativa de 1825,1830, 1835 e dados do livro “Caetana diz não”, de Sandra Lauderdale Graham (2005)

Todos os dados do gráfico referente às micro, pequenas, médias e grandes propriedades foram extraídos da lista nominativa de 1835. Como havia a ausência de mega propriedades no registro, mas havia a existência dessas propriedades em outros registros, como a lista nominativa de 1830, foi feito o cruzamento das fontes para conseguir mapear as formas de concentração de mão de obra em Paraibuna. A lista nominativa de 1825, foi crucial também, pois, diversos outros registros como processos localizados no Centro de Memória de Paraibuna mencionam a existência da fazenda do Coronel Marcellino José de Carvalho, porém o único registro de sua propriedade foi nas listas antes de 1835 foi em 1825. Portanto, como a propriedade e a figura do Coronel foi diversamente mencionada em outros processos, a possibilidade dela ter deixado de existir e por isso não constar no registro de 1835 é nula, o que pode ser considerado mais uma inconsistência da lista nominativa.

Conclusão

A análise das bases produtivas de Paraibuna entre 1835 e 1836 revela que a dinâmica econômica do município, em sua fase inicial de cafeicultura, distanciou-se do modelo de grandes complexos cafeeiros frequentemente associado ao Vale do Paraíba. Conforme demonstrado pelos dados do Gráfico 1, a estrutura agrária local era sustentada majoritariamente por uma base de micro e pequenos proprietários, evidenciando uma distribuição da posse escrava e da produção que desafia a imagem de uma região dominada exclusivamente por grandes latifundiários.

O presente estudo reforça a necessidade de um olhar crítico sobre as fontes primárias. Ao confrontar a lista nominativa de 1835 com outros documentos e com a historiografia recente, foi possível identificar as limitações dos registros oficiais e corrigir o quadro produtivo, revelando uma realidade mais complexa e dispersa do que aquela captada apenas pelos dados censitários. Dessa forma, Paraibuna se apresenta como um caso fundamental para a compreensão das múltiplas faces da expansão cafeeira no século XIX, demonstrando que a trajetória da região foi marcada pela diversidade de escalas e pela persistência de formas produtivas que complementaram a hegemonia dos grandes produtores.

Referências

ANTONIO, Rabib Floriano. Crédito e finanças no desenvolvimento da economia cafeeira em Vassouras, Vale do Paraíba fluminense, durante o século XIX. In: MUAZE, Mariana; SALLES, Ricado (Org.). **O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015. p. 545-570

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Arrolando os habitantes no passado: as listas nominativas sob um olhar crítico. **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 14, n. 1, p. 113-132, 2008

CALDEIRA, João Netto. **Parahybuna**: e a comemoração do primeiro centenário de seu município. Organização de Luiz de Gonzaga Santos; ilustração do mapa de Edison Braga. 3. ed. digital. São José dos Campos: JAC Editora, 2021. 208 p. (Parahybuna, v. 3)

FERNANDEZ, Ramon Garcia. A Consistência das Listas Nominativas de Habitantes da Capitania de São Paulo: Um Estudo de Caso. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 477-496, 1989.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Caetana diz não**: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo (Org.). **O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015. p. 21-56

MILLIET, Sérgio. **Roteiro do café e outros ensaios**. 3. ed. rev. e aum. São Paulo: Departamento de Cultura, 1941. (Coleção Departamento de Cultura, v. 25)

MORENO, Breno Aparecido Servidone. **Desbravando os sertões da Piedade**: terra e trabalho no Vale do Paraíba cafeeiro (Bananal, c.1800-1880). 2022. 428 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo**: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

STERMAN, Gabriel González.**As finanças da cafeicultura escravista brasileira na era do tráfico ilegal, 1831 - 1850**. 2025. 247 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

JACAREÍ. **Mappa geral dos habitantes existentes no 2º e 3º Distrito da Companhia das Ordenanças da Villa de Jacarehy**. Jacareí, 1825-1826.

JACAREÍ. **Mappa geral dos habitantes existentes na Villa de Santo Antônio do Parahybuna, termo da Villa de Jacarehy**. Jacareí, 1830.

JACAREÍ. **Mappa geral dos habitantes existentes na Villa de Santo Antônio do Parahybuna, termo da Villa de Jacarehy**. Jacareí, 1835.